



**CONTRATO Nº 118/2023**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARRAIAS E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL TRIBUTÁRIA PREVIDENCIÁRIA DO REGIME PRÓPRIO COM A FINALIDADE DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARRAIAS - TO**

Por este instrumento particular, o **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARRAIAS - ARRAIASPREV**, CNPJ: 31.781.951/0001-79, com sede administrativa na Rua Helenita Carmo de Deus 1º andar - Centro, CEP: 77.330-000, Arraias/TO, e o e-mail: [arraiasprev@gmail.com](mailto:arraiasprev@gmail.com), neste ato representado pelo Diretor Executivo **ALESSANDRO ABREU LOPES**, brasileiro, solteiro, portador do CPF 861.280.431-00 e RG 3427230-6106943 SSP/GO, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado abreviadamente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI**, com sede na Avenida Portugal, Nº 1148 - St. Marista, Goiânia, CEP: 74.140-020, inscrita em CNPJ nº 01.995.108/0001-24, representada por **Djully Steffanny Ferreira**, brasileira, bacharel em direito, inscrito em CPF Nº 022.367.971-25, e-mail: [comercial@metatribuitaria.com.br](mailto:comercial@metatribuitaria.com.br), doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente contrato em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### **CLAUSULA 1ª - DO OBJETO.**

1.1- O presente contrato tem por objeto a contratação de consultoria especializada na recuperação previdência Propria, para o município. É credenciada também com o novo sistema Dataprev – Comprev (Novo COMPREV) para a recuperação do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e os outros regimes próprios de previdência do Município de **ARRAIAS – TO**.

#### **CLAUSULA 2ª - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.**

2.1- Prestar Serviço de Recuperação de Crédito no valor da energia cobrada dos últimos 5 (cinco) anos; 2017 à 2022, em função da divergência da cobrança da unidade de consumo para o setor público, no qual será fornecido à **CONTRATADA** - as faturas e relatórios ref. a iluminação pública e, demais consumos pertinente aos prédios de outros órgãos do município.

2.2- A aquisição consubstanciada no presente contrato foi objeto de Inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 13, inciso III e artigo 25, inciso II da Lei nº. 8.666/93, conforme estipulações constantes, conforme processo administrativo em tela, o qual encarta todos os elementos e documentos comprobatórios, aos quais se vincula este contrato.

2.3-Previsão Legal:



A inexigibilidade de licitações para contratação de serviços técnicos especializados pela Administração Direta tem previsão legal no inciso II, do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I – [...]

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialidade o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado. A Lei nº 14.039/2020 regulamentou sobre a natureza singular dos serviços profissionais contábeis: Art. 2º O art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 25.....

§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

A nova lei vislumbra elucidar o aspecto objetivo da contratação, definindo que os serviços advocatícios e contábeis, quando executados por profissionais notórios e especializados, são presumidamente singulares, trazendo segurança jurídica para as contratações diretas por inexigibilidade de licitação.

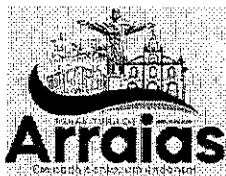
O propósito do novo texto legal garante o tratamento devido às produções intelectuais, já consolidado na doutrina jurídica, como por exemplo, Celso Antônio Bandeira de Melo, o qual defende que os serviços singulares estão presentes "sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou coletiva), expressada em características científicas, técnicas ou artísticas importantes para o preenchimento da necessidade administrativa a ser suprida, de maneira que os fatores singularizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa". - BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 19 ed., São Paulo: Malheiros, 2005. p. 508

Assim, diante de diversos profissionais portadores de especialização e reconhecimento para a efetiva execução do objeto pretendido pela Administração, a escolha que é subjetiva, deve recair sobre aquele que, em razão do cumprimento dos elementos objetivos (desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica) transmite à Administração a confiança de que o seu trabalho é o mais adequado.

### **CLAUSULA 3ª - DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.**

#### **3.1- Subjetividade dos Critérios de Escolha – Singularidade dos Serviços;**

De extrema importância ressaltar, a definição da natureza singular estabelecida na Lei nº 14.039/2020, retrata a realidade prática no exercício dos serviços técnicos de recuperação de créditos da compensação previdenciária, que requer vasto conhecimento e expertise, envolvendo alto grau de complexidade, tendo em vista o risco envolvido, sendo de alta relevância que seja prestado por profissional com notória especialidade. Impossibilidade de definir critérios objetivos de julgamento para escolha do prestador de serviços inviabiliza o procedimento licitatório, haja vista a subjetividade dos métodos ou formas da execução desses serviços técnicos, ao mesmo tempo em que se torna imprescindível a discricionariedade de contratar a melhor solução técnica encontrada para o caso específico, que atenderá a contento os interesses da Administração Pública, considerando a eficiência, tempo e melhor resultado. A hipótese de inexigibilidade consubstanciada no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993 não pode ser confundida com a do inciso I, o qual trata do fornecedor exclusivo, assim a existência de outros profissionais técnicos especialistas na mesma área de atuação, não macula a singularidade dos serviços, visto as características específicas e subjetivas de cada especialista. Nesse sentido



Tribunal  
Federal no Inq. 3.077/AL, sendo destacado pelo Min. Dias Tóffoli:



Destaque-se, mais uma vez, que, diferentemente da inexigibilidade fundada no reconhecimento de fornecedor exclusivo, nesta hipótese os serviços enunciados no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 podem ser prestados por vários especialistas; no entanto, todos eles os realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los. A propósito, adverte Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo. 14. ed. São Paulo: Malheiros. 2002, p. 482):

“Serviços singulares são os que se revestem de análogas características. De modo geral são singulares todas as produções intelectuais, realizadas isolada ou conjuntamente –por equipe – sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou coletiva), expressada em características científicas, técnicas ou artísticas importantes para o preenchimento da necessidade administrativa a ser suprida. Neste quadro cabem os mais variados serviços; uma monografia escrita por experiente jurista; uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião; uma pesquisa sociológica empreendida por uma equipe de planejamento urbano; um ciclo de conferências efetuado por professores; uma exibição de orquestra sinfônica; uma perícia técnica sobre o estado de coisas ou das causas que o geraram. Todos esses serviços se singularizam por um estilo ou uma orientação pessoal. Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos.”

No mesmo sentido Eros Roberto Grau (Inexigibilidade de Licitação – serviços técnicos especializados – notória especialização. RDP 99/70) afirma:

“Singulares são porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. (...) ser singular o serviço, isso não significa seja ele necessariamente o único. Outros podem realizá-lo, embora não o possam realizar do mesmo modo e com o mesmo estilo de um determinado profissional ou de uma determinada empresa.”

Pois bem. Exige-se a licitação pública para se tratar com igualdade os possíveis interessados nos contratos da Administração Pública. Para tratá-los com igualdade e para que seja possível a licitação pública, é essencial que se estabeleçam previamente critérios objetivos para comparar uns e outros. Se o critério for subjetivo, então os interessados não serão tratados com igualdade, uma vez que a disputa irá se resolver pela discricionariedade do julgador. Nesses casos, eventual interessado que venha a ser preterido não terá em que se amparar para exigir tratamento igualitário, principalmente porque o critério determinante será a livre vontade do julgador, sem que se possa cogitar de igualdade, ao menos num plano objetivo. Se os serviços elencados no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 são prestados com características subjetivas, conseqüentemente são julgados de modo subjetivo, afastando a objetividade, e com ela, a competitividade, não se justificando a necessidade de instauração da licitação pública. A inexigibilidade pode, como já referi, se manifestar mesmo que existem vários especialistas aptos a prestar o serviço pretendido pela Administração, já que todos eles se distinguem por características marcadas pela subjetividade, por suas experiências de cunho particular. Exatamente por isso a Administração deverá escolher um dos especialistas em detrimento de todos os demais eventualmente existentes. Nesse processo discricionário, o gestor público encontra certa liberdade na escolha do especialista que reputar o mais adequado à satisfação da utilidade pretendida com a contratação, pressupondo-se, pois, a avaliação de conceitos de valor, variáveis em grau maior ou menor, de acordo com estimativa subjetiva.

A liberdade de escolha, reconheço, não é absoluta, mas limitada. A confiabilidade, conquanto determinada subjetivamente, depende de certos requisitos objetivos, entre os quais sobressaem a experiência do especialista, a sua boa reputação, o grau de satisfação obtido em outros contratos, entre outros. Dentre os especialistas que contemplam esses requisitos objetivos, o agente administrativo escolherá aquele em que



deposita maior confiança, na medida em que o consideremais apto para satisfazer o interesse público do que outros, valendo aí os seus traços pessoais, que



devem se identificar com o que pretende a Administração. - STF – Inq: 3.077/AL, Relator: Min. Dias Toffoli, Data de Julgamento: 29/03/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe188 DIVULG 24-09-2012 PUBLIC 25-09-2012. No julgamento do Inq.

3.074/SC corroborando com o mesmo entendimento relatou o Min. Roberto Barroso:

Ainda acerca da singularidade do objeto contratado, vejam-se as seguintes passagens de Marçal Justen Filho e Celso Antônio Bandeira de Mello, destacando que a locução “natureza singular” destina-se a evitar a generalização da contratação direta dos serviços especializados descritos no art. 13:

“É imperioso verificar se a atividade necessária à satisfação do interesse sobre a tutela estatal é complexa ou simples, se pode ser reputada como atuação padrão e comum ou não. A natureza singular caracteriza-se como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por profissional não “especializado”. “Se o serviço pretendido for banal, corriqueiro, singelo, e, por isso, irrelevante que seja prestado por “A” ou por “B”, não haveria razão alguma para postergar-se o instituto da licitação. Pois é claro que a singularidade só terá ressonância para o tema medida em que seja necessário, isto é, em que por força dela caiba esperar melhor satisfação do interesse administrativo a ser provido. (...)

Em suma: a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório entendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística, ou a argúcia de quem o executa, atributos, estes, que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa.

Embora outros, talvez até muitos, pudessem desempenhar a mesma atividade científica, técnica ou artística, cada qual o faria à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade, juízos, interpretações individualizadores repercutirão necessariamente quanto à maior ou menor satisfação do interesse público”.

Na mesma linha, o Plenário do Supremo Tribunal Federal já reconheceu a “confiança” no trabalho profissional como elemento subjetivo a ser aferido, no contexto dos serviços especializados, quando do exame da inexigibilidade de licitação. Veja-se a parte relevante da ementa do acórdão proferido na AP 348, relatada pelo Ministro Eros Grau:

“(…) ‘Serviços técnicos profissionais especializados’ são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços – procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do “trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato (cf. O §1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança”.

O caráter parcialmente subjetivo da denominada confiança no profissional pode e deve ser objeto de fundamentação transparente, com o que se permite o controle intersubjetivo quanto à razoabilidade da escolha administrativa. A singularidade do serviço não exige que exista um único profissional apto, mas sim que se demonstre a presença de característica própria do profissional contratado, a saber, a especialização, a qual, de fato, é a que determina a contratação direta, e não a que determina a contratação por licitação.



características, em detrimento

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.



de outros potenciais candidatos. - STF – Inq: 3.074/SC, Relator: Min. Roberto Barroso, Data de Julgamento: 28/08/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACORDÃO ELETRÔNICO DJe 193 DIVULG 02-10-2014 PUBLIC 03-10-2014.

Tal entendimento ocorre no âmbito dos Tribunais de Contas, destaca-se a decisão do TCU:

“Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, o conceito de singularidade não pode ser confundido com a ideia de unicidade, exclusividade, ineditismo ou raridade. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede a contratação direta amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. A inexigibilidade, amparada nesse dispositivo legal, decorre da impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento.” - Acórdão 2.616/2015 – Plenário, TC 017.110/2015, Relator: Min. Bnejamin Zymler, 21.10.2015.

A impossibilidade de estabelecer critérios de julgamento suficientes para julgar o profissional ou empresa especialista, considerando as variadas formas da execução dos serviços que impactam na entrega do objeto, torna-se determinante para o gestor público o exercício da discricionariedade para escolha da melhor solução encontrada no mercado, com o fulcro de garantir o alcance satisfatório da contratação.

São inúmeros os critérios subjetivos que impactam na escolha do profissional ou empresa especialista, em se tratando de recuperação de créditos tributários. Numa abordagem superficial já podemos citar:

- Administrativa ou judicial.
- Aparelhamento, corpo técnico, metodologia de trabalho que impactam no prazo de levantamento e aproveitamento do crédito.
- Confiança e reconhecimento no mercado da eficiência dos serviços.
- Prazo de entrega de resultados.
- A empresa especialista garante as operações de compensação.

Considerando que os créditos previdenciários prescrevem em cinco anos e as especificidades de cada órgão público, bem como o risco de compensações indevidas de créditos previdenciários com consequentes autuações e aplicações de elevadas multas, torna-se indispensável a confiança e o reconhecimento das características próprias do profissional que atenderão às necessidades da Administração Pública.

#### **CLAUSULA 4ª - NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO.**

4.1- O § 1º do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993 já define o conceito de notória especialização para fins de inexigibilidade, sendo o indispensável que o profissional seja reconhecido no mercado de atuação, com experiência comprovada e resultados satisfatórios decorrente de desempenho anterior, entre outros requisitos relacionados com suas atividades, suficientes para o reconhecimento que o seu trabalho é essencial e adequado à plena satisfação da entrega do objeto pretendido.

A META TRIBUTÁRIA é uma consultoria especializada na recuperação previdenciária, para estados e municípios de todos os portes. É credenciada também com o novo sistema Dataprev – Comprev (Novo COMPREV) para a recuperação do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e os outros regimes próprios de previdência dos Estados e Municípios. Com mais 5 anos de atuação e muitos clientes em seu portfólio, com mais de milhões de reais levantados.

Especialistas neste tipo de trabalho, inclusive com este objeto, constando como atividade em seu respectivo contrato social. Adicionalmente, esta especialização garante a ausência de conflitos de interesse com outros tipos de consultoria.

Capacidade técnica, com sócios e colaboradores multidisciplinares (advogado, contadores, administradores) e respeito reconhecidos pelo mercado. Nossos clientes compartilham sua satisfação nas redes e através de atestados técnicos que seguem anexos, assim como em pesquisas de satisfação.





## **CLAUSULA 5ª - ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA.**

5.1- A administração Pública, que já enfrentava grandes desafios para garantir o equilíbrio fiscal, teve forte impacto decorrente da pandemia do COVID19, onerando consideravelmente o gasto público. Os princípios da economicidade e eficiência pertinentes à gestão pública devem ser observados tais quais os demais princípios constitucionais. Em tempos de ajustes fiscais, a identificação de créditos da recuperação previdenciária afeta positivamente tanto receita quanto despesas, a primeira gerando crédito e na segunda reduzindo a carga tributária.

Outro aspecto a ser observado é que justifica a urgente necessidade da contratação é a previsão de prescrição quinquenal conforme Art. 10 do Decreto Lei nº 20.910/1932 regulamentado para a compensação previdenciária através da Portaria MPS nº 98/2007, implicando em afirmar que quanto maior a demora em requerer a compensação das aposentadorias e pensões pagas, menor será o valor a receber em especial as mais antigas. Os valores recuperados e economizados permitem que Administração Pública aumente o seu investimento social, e consequentemente, melhore a eficiência da gestão e economicidade dos gastos públicos. Nas palavras de Alexandre de Moraes o princípio da eficiência caracteriza-se como “aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta a seus agentes a persuasão do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. Note-se que não se trata da consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação dos serviços essenciais à população, visando à adoção de todos meios legais e morais possíveis para a satisfação do bem comum” - MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 294 No que se refere à economicidade o Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas junto TCU, Paulo Soares Bugarin, destaca “o gestor público deve, por meio de um comportamento ativo, criativo e desburocratizante tornar possível, de um lado, a eficiência por parte do servidor, e a economicidade como resultado das atividades, impondo-se o exame das relações custo/benefício nos processos administrativos que levam a decisões, especialmente as de maior amplitude, a fim de se aquilatar a economicidade das escolhas entre diversos caminhos propostos para a solução do problema, para a implementação da decisão.” - \*BUGARIN, Paulo Soares. O Princípio Constitucional da Eficiência, um Enfoque Doutrinário Multidisciplinar. Brasília: Revista do Tribunal de Contas da União – Fórum Administrativo, mai/2001, p. 240.

## **CLAUSULA 6ª - DIFERENCIAIS E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

6.1- A META TRIBUTÁRIA especialista em recuperação previdenciária, com vasta experiência, equipe técnica especializada, metodologia exclusiva, inteligência artificial, além de sua notória especialização, apresenta um rol de especificações que a diferencia das demais empresas atuantes no mercado, características que permitem mais segurança ao cliente e entrega satisfatória dos serviços, como a seguir demonstrado:

- a) Alta rapidez consequência do eficiente método de trabalho utilizado, o qual possibilita a recuperação dos créditos para imediato aproveitamento, contados da data de recebimento de todos os dados necessários para a verificação previdenciária;
- b) Primando pela máxima eficiência e total segurança do contratado, garante todas as operações realizadas de compensação administrativa de créditos previdenciários por meio, defesa Administrativa por conta da META TRIBUTÁRIA, caso seja necessário e seguro E&O, de erros e omissões;
- c) Possui programa de integridade e compliance, adotando um conjunto de práticas e procedimentos direcionados ao cumprimento de normas legais, regulatórias e internas, que procura mitigar, detectar e solucionar inconformidades derivadas de desvios de conduta. O compliance implantado objetiva blindar as informações estratégicas de clientes e



parceiros, bem como garantir a privacidade e a proteção de dados conforme a Legislação Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018;

- d) Atuação com alta capacidade analítica, auxiliando nossos técnicos especialistas nas análises com extrema acuracidade;
- e) Compensação de forma Administrativa de temas pacificados, os diferenciais acima expostos proporcionam o recebimento do objeto contratado, em tempo recorde, com segurança total e garantia, mitigando os riscos de qualquer compensação indevida de créditos.
- f) Nesse contexto, considerando a responsabilidade da gestão dos recursos públicos, e ainda, a grave situação financeira que acomete a Administração Pública, recuperar valores da compensação previdenciária, reduzir despesas, de forma segura e sem riscos, são estratégias administrativas legais de economicidade e eficiência

#### **CLAUSULA 7ª - DO PREÇO.**

##### **7.1- ESTIMATIVA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS E PERCENTUAL DE HONORÁRIOS:**

7.2- Recuperação e consultoria administrativa tributária sobre a previdência em regime geral (INSS), Qualquer valor de crédito tributário apurado E, OU, recuperado a MENOR ou a MAIOR, indicará a remuneração pela prestação do serviço - o crédito efetivamente recuperado será aplicado o percentual de 20% (vinte por cento).

7.3- O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela execução dos serviços objeto deste contrato, o valor de 20% (vinte por cento) sobre o êxito, ou seja, para cada R\$ 100,00 (cem reais) que entrarem nos cofres da CONTRATANTE, será pago a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais) a CONTRATADA, pelo serviço objeto deste contrato:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
1	Recuperação da previdência do Regime Proprio.	R\$ 543.144,00
	<b>TOTAL ESTIMADO</b>	<b>R\$ 543.144,00</b>

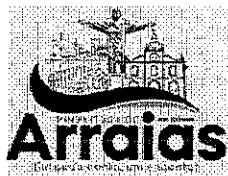
a) Para efeitos legais e contábeis, é atribuído pelas partes pactuantes o valor estimado de **R\$ 543.144,00 (quinhentos e quarenta e três mil cento e quarenta e quatro reais)**.

b) Para efetivação da atualização do valor contratual previsto no parágrafo antecedente, ocorrerá mediante a celebração de aditamento, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

c) Em nenhuma hipótese o município de **ARRAIAS - TO**, pagará a contratada antes dos valores registrados nos cofres públicos.

7.4- A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.

7.5- O cálculo da remuneração do futuro contratado levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres da PREFEITURA ou o momento da concretização da economia. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária; o momento em que houver depósito na conta do Município, quando a recuperação envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o



momento em que houver depósito na conta do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).

7.6-No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.

7.7-O valor a ser pago para a CONTRATADA será em cima do seu serviço prestado, e não da opção de compensação pelo CONTRATANTE.

7.8-O prazo para o pagamento pela Contratante é de 5 (cinco) após a prestação da nota fiscal realizada pela CONTRATADA.

#### **CLAUSULA 8ª - DO PAGAMENTO..**

8.1- O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta - corrente indicado pelo contratado.

8.2- O pagamento deverá ser depositado na conta da Contratada na Cooperativa Sicredi do Brasil, cooperativa n. 3950, Conta-Corrente n. 55773-0.

8.3-Para efeito de liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelo executor do contrato;
- b) Certidão Negativa de Débitos Federais- CND/emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizado (Lei n 0 8.212/90); Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n. ° 8.036/90);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

8.4- É vedado o pagamento antecipado;

8.5-Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

8.6- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.7- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8-Antes de cada pagamento à contratada, será realizada verificação a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.9-Constata-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



8.10- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos sendo:

- a) Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- b) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- c) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- d) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- e) Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- f) Em cada nota fiscal emitida será encaminhado relatório técnico dos serviços realizados em cada CNPJ dos órgãos que integram a administração pública (demais unidades orçamentárias).

#### **CLAUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

9.1-Obriga-se ao CONTRATADO a presteza na execução dos serviços solicitados na defesa dos interesses deste MUNICÍPIO sendo;

- a) Elaboração das planilhas e cálculos de acordo com as legislações vigentes e licitáveis;
- b) Ingressar com a medida judicial cabível e acompanhar em todas as instâncias, até o trânsito em julgado;

9.2- Para prestação dos serviços, a contratada deverá efetuar todas as intimações e ou documentos necessários a serem enviados aos órgãos competentes a cada serviço, além dos procedimentos de auditoria contábil fiscal pertinente ao serviço pactuado.

9.3-Após o recebimento da receita ou do bem dado em garantia dar entrada no caixa ou nos bens patrimoniais do município, a proponente deverá apresentar relatório descrevendo os serviços efetuados, e acostando as provas justificar e efetivar a execução do serviço CONTRATADO.

9.4-Executar os serviços conforme especificações no termo de referência para o perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

9.5-Em havendo cisão, incorporação ou fusão da proponente, CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma dessas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração CONTRATANTE, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto CONTRATADO;

9.6-Para averiguação do disposto no item anterior a empresa resultante de qualquer das operações comerciais ali descritas fica obrigada a apresentarem, imediatamente, a documentação comprobatória de sua situação;

9.7-Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos SERVIÇOS PRESTADOS;



9.8-Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere.



9.9- Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

#### **10. CLAUSULA 10ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

10.1- Obriga-se ao CONTRATANTE a Fornecer toda a documentação necessária e demais provas de qualquer natureza, inclusive todas as informações que fizerem imprescindíveis para o bom desenvolvimento dos serviços necessários à defesa de seus interesses, devendo entregar tais documentos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para a propositura da ação e 5 (cinco) dias em caso de audiência

10.2- Prover os meios e condições de livre acesso do CONTRATADO aos diversos órgãos e setores das diversas secretarias municipais, especialmente a Secretaria de Finanças/Fazenda;

10.3- Pagar, pontualmente, a remuneração pactuada;

10.4- Disponibilizar outros documentos quando solicitados pelo CONTRATADO;

10.5- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

10.6- Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua Correção, certificando-se de que as soluções por e proposta sejam as mais adequadas;

10.7- Pagar a CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme definido em contrato;

10.8- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;

10.9- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.10- Cientificar o órgão de representação judicial do município de Goiânia Goiás, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

10.11- Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

10.12- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo de Referência.

10.13- Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a contratante deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União – prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou sede do contratado;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

#### **CLAUSULA 11ª - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

11.1- O presente contrato terá vigência, a contar da data de assinatura até 31 de dezembro de 2023, devendo ser prorrogado, caso a CONTRATADA não tenha terminado e/ou recuperado os créditos referentes aos serviços pactuados.

#### **CLAUSULA 12ª - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES.**

12.1- O CONTRATADO se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado de cada item do contrato.

#### **CLAUSULA 13ª - DA DESPESA.**



13.1- As despesas de viagem: combustíveis, hospedagem e alimentação serão pagas pelo contratado, não havendo necessidade de previsão orçamentária, pois o serviço uma vez recuperado custeará a despesa gerada.

#### **14. CLAUSULA 14ª - DA FISCALIZAÇÃO.**

14.1- Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através de seus servidores ou de pessoas previamente designadas, exercer a fiscalização de todas as fases de execução do presente contrato, sem prejuízo das ressalvas contidas nas disposições legais e normativas que regem a advocacia, sendo obrigação do CONTRATADO fiscalizar seus empregados, parceiros e prepostos.

14.2- A fiscalização ou acompanhamento da execução deste contrato será realizada pela administração municipal através do correspondente Fiscal de Contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

14.3- O Fiscal do presente contrato será formalmente designado pelo CONTRATANTE, competindo-lhe o acompanhamento e fiscalização do contrato, respondendo pelas ações e omissões que vierem sujeitar a Administração Pública a prejuízos e danos, diretos e indiretos.

14.4- Dentre as atribuições do Fiscal do Contrato, entre outras decorrentes da função, destacam-se as seguintes:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Registrar nos autos do processo administrativo, quando observar irregularidades na execução do serviço, por meio de instrumento hábil (laudo de inspeção, relatórios de acompanhamento e recebimento, parecer técnico, memorando etc.), adotando as providências necessárias ao seu correto cumprimento em conformidade com os critérios de qualidade, rendimento, economicidade e eficiência, entre outros previstos no instrumento convocatório, contrato e/ou proposta;
- c) Acompanhar os prazos de vigência dos contratos, indicando a necessidade de prorrogações, acréscimos e supressões;
- d) Solicitar ao CONTRATADO e aos órgãos competentes da administração municipal, tempestivamente, todas as informações, documentos ou providências necessárias à boa execução do contrato;
- e) Conferir se o material entregue atende integralmente à especificação contida no instrumento convocatório, contrato e/ou proposta, inclusive em relação às unidades e às quantidades que foram entregues, podendo, caso necessário, solicitar parecer técnico dos usuários dos materiais para a comprovação da regularidade do objeto entregue;
- f) Conferir se o serviço realizado atende integralmente à especificação contida no instrumento convocatório, contrato e/ou proposta, podendo, caso necessário, solicitar parecer técnico dos usuários dos serviços e dos setores competentes para a comprovação da regularidade do serviço executado;
- g) Proceder a verificação de todas as condições pré-estabelecidas pelos órgãos competentes da Administração Municipal, devendo rejeitar, no todo ou em parte o fornecimento em desacordo com as mesmas, documentando as ocorrências nos autos da contratação;
- h) Requerer aos órgãos competentes da Administração Municipal e ao Ordenador da Despesa que determine ao contratado, as providências para correção de eventuais falhas ou defeitos observados;
- i) Emitir, nos autos da contratação, laudo de inspeção, relatórios de acompanhamento e recebimento, parecer técnico, memorando etc. informando aos órgãos competentes da Administração Municipal e ao Ordenador da Despesa as ocorrências observadas na entrega do material e na execução do serviço;
- j) Solicitar aos setores competentes, quando não o fizer pessoalmente, que tome as medidas necessárias à comunicação ao contratado para a promoção da



- substituição ou a entrega imediata do objeto contratado, com a fixação de prazos, na tentativa de se evitar o processo administrativo punitivo,
- k) Nos casos de prorrogações, as solicitações devem ser expedidas em no máximo, 30(trinta) dias do término do contrato;
  - l) Nos casos de acréscimos e supressões as solicitações devem ser expedidas em no máximo, 30 (trinta) dias para a realização da alteração contratual;
  - m) Verificar se o contrato firmado continua sendo necessário aos fins públicos manifestando-se, imediatamente, em caso de desnecessidade; e
  - n) Acompanhar os andamentos das solicitações de contratações.

#### **CLAUSULA 15ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

15.1- Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pelo CONTRATADO, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento decorrentes de atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, poderão ser impostas as seguintes penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Suspensão e impedimento do direito de licitar e contratar com o Administração Municipal CONTRATANTE;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no caso de reincidência em falta grave;
- d) Pagamento de multa de até 5% sobre o valor da parcela em atraso.

Parágrafo 1º- A penalidade consistente de multa pode ser aplicada, cumulativamente, com uma das demais sanções, observada a gravidade na infração.

15.2- Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo.

15.3- Os valores das multas deverão ser recolhidos perante a Secretaria Municipal de Finanças, no prazo e forma estabelecidos pelo CONTRATADO, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência, após inscrição em dívida ativa, podendo o CONTRATANTE efetuar retenção junto aos créditos que, porventura, possua o CONTRATADO.

15.4- O CONTRATADO não será punido e nem responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ou quando provada a justa causa e impedimento, ou, ainda, quando não decorrem de atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa.

#### **CLAUSULA 16ª - DA RESCISÃO.**

16.1- A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93, bem como nos casos citados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo 1º- Ocorrendo rescisão administrativa do presente contrato, às partes serão assegurados os direitos previstos no artigo 79, § 2º da Lei nº 8.666/93.

16.2- O CONTRATANTE rescindir o contrato automática e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos, concordata, falência ou instalação de insolvência civil do CONTRATADO, ou de dissolução de sociedade.

#### **CLAUSULA 17ª - DO FORO.**

17.1- O foro competente para dirimir e resolver qualquer questão relativa ao presente termo de contrato, é o da comarca de Goiânia/Goiás

#### **CLAUSULA 18ª - DA PUBLICAÇÃO.**

18.1- O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, no placar/quadro de avisos da Prefeitura Municipal de **ARRAIAS - TO**, também a publicação do extrato na íntegra em diário oficial do município de **ARRAIAS - TO**, e no portal da





transparência, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei Federal nº.8.666/93.

**CLAUSULA 19ª - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE.**

19.1- São prerrogativas do CONTRATANTE todas aquelas previstas nos artigos 58 e 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, e em especial as seguintes.

19.2- Promover, mantidas as mesmas condições contratuais, supressões ou acréscimos de até 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3- Modificar unilateralmente este instrumento, para melhor adequação as finalidades de interesse público, nas hipóteses previstas nas alíneas "a e b do inciso I do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, respeitados todos os direitos da CONTRATADA.

**CLAUSULA 20ª - DA SUBCONTRATAÇÃO.**

20.1- Somente será permitida a subcontratação do objeto deste contrato, mediante a comprovação da qualidade técnica do substituto através de solicitação previamente aprovada pela administração.

ARRAIAS – TO, 13 de junho de 2023.

ALESSANDRO ABREU LOPES  
Diretor Executivo  
Decreto Municipal 092/2018

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE  
ARRAIASPREV / TO  
ALESSANDRO ABREU LOPES**

**META TECNOLOGIA  
TRIBUTARIA**

**EIRELI:0199510800012**

**4**

Assinado de forma digital por  
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA  
EIRELI:01995108000124  
Dados: 2023.06.13 11:52:30  
-03'00"

**META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI**

**CNPJ: 01.995.108/0001-24**

**Djully Steffanny Ferreira.**

**Testemunhas:**

1ª Erick Augusto P. Bispo  
CPF nº: 044.940.721-76  
RG nº:

2ª Albita de Sena Cardoso  
CPF nº: 602.397.062-00  
RG nº:



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARRAIAS –  
ARRAIASPREV,**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.**

**ATESTAMOS** para os devidos fins de direito que a empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.995.108/0001-24, com sede na Avenida Portugal nº 1148 – Sala B3404 – Setor Marista – Goiânia – GO, realiza/realizou prestação de serviços com o presente contrato tem por objeto a contratação de consultoria especializada na recuperação previdência própria, para o município. É credenciada também com o novo sistema Dataprev – Comprev (Novo COMPREV) para a recuperação do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e os outros regimes próprios de previdência do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARRAIAS – ARRAIASPREV** do Município de Arraias/TO.


**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**

Serviço de CONSULTORIA TÉCNICA E OPERACIONAL, contendo o levantamento de dados, preparação, encaminhamento e acompanhamento dos processos de aposentadoria e pensão para efeito de compensação financeira previdenciária entre os regimes de previdência social dos servidores efetivos, dos militares e respectivos pensionistas do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARRAIAS – ARRAIASPREV, (RPPS e RPPM) e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como regimes de origem – RO**, estes visando elidir prescrição, além da otimização de movimentação e análise processual,

Através do Contrato Processo Administrativo na modalidade de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023** com o Contrato Nº118/2023, sendo de boa e satisfatória qualidade, cumprindo todos os prazos estabelecidos, nada constando em nossos registros em desabono a referida empresa.

É o que nos compete declarar.

Cidade de Arraias, Estado do Tocantins, 03 de janeiro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente Sr. **ALESSANDRO ABREU LOPES**,  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE ARRAIAS – ARRAIASPREV,**  
Contratante,

Endereço:

Rua Helenita Carmo de Deus 1º Andar- Centro.  
CEP: 77.330-000 Arraias/TO.  
Plum CEP 77.570-000.

Contate a ARRAIASPREV:

(063) 3653-1687.  
E-mail: arraisprev@gmail.com.br